

Arquivos e saberes de Estado

A reorganização dos acervos do Itamaraty (1903-1907)

Archives and State knowledge: the reorganization of Itamaraty's collections (1903-1907) /
Archivos y saberes de Estado: la reorganización de las colecciones de Itamaraty (1903-1907)

Mariana de Moraes Silveira

Doutora em História Social pela
Universidade de São Paulo (USP).
Professora adjunta de Teoria da
História e História da Historiografia na
Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG), Brasil.
marianamsilveira@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o papel que os arquivos, a crítica documental e a elaboração de narrativas históricas desempenharam nas atividades diplomáticas brasileiras na virada do século XIX ao XX. Procura, em especial, compreender as intenções, realizações e dificuldades práticas enfrentadas pela comissão nomeada em 1903 para reorganizar os acervos do Ministério das Relações Exteriores, por iniciativa do barão do Rio Branco e sob a coordenação de Antonio Jansen do Paço.

Palavras-chave: arquivo; fronteiras; diplomacia; saberes de Estado; Ministério das Relações Exteriores.

ABSTRACT

This article discusses the role of archives, documentary criticism, and the crafting of historical narratives in Brazilian diplomacy at the turn of 20th century. It specifically aims to understand the intentions, achievements, and practical challenges encountered by the commission appointed in 1903 to reorganize the archives of the Ministry of Foreign Affairs, initiated by the baron of Rio Branco and coordinated by Antonio Jansen do Paço.

Keywords: archive; borders; diplomacy; state knowledge; Ministry of Foreign Affairs.

RESUMEN

Este artículo analiza el papel de los archivos, la crítica documental y la elaboración de relatos históricos en las actividades diplomáticas brasileñas a finales del siglo XIX y principios del XX. En particular, busca comprender las intenciones, los logros y las dificultades prácticas que enfrentó la comisión nombrada en 1903 para reorganizar los archivos del Ministerio de Relaciones Exteriores, por iniciativa del barón de Rio Branco y bajo la coordinación de Antonio Jansen do Paço.

Palabras clave: archivo; fronteras; diplomacia; saberes de Estado; Ministerio de Relaciones Exteriores.

Ordenar um acervo, resguardar um território

“Um arquivo e uma biblioteca não são apenas salas cheias de documentos e livros”. Ainda que possa soar como um truísmo, essa petição de princípios ocupou um lugar proeminente no relatório que Antonio Jansen do Paço apresentou em 30 de setembro de 1904, em nome da comissão estabelecida no final do ano anterior para reorganizar o Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.¹ Jansen do Paço buscava respaldo simbólico para o trabalho que apresentava em sua experiência prévia como chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional – cargo que, mesmo cedido para outro setor da administração pública, não se furtou a listar na capa do relatório. Ele logo esclareceu o significado mais profundo que atribuía aos espaços de guarda de acervos bibliográficos e documentais: “São salas de estudo, onde essas espécies são metodicamente enumeradas, classificadas e catalogadas, segundo plano previamente estabelecido, delineado de acordo com as necessidades do serviço, de modo que delas se tire todo o proveito possível”.²

A defesa do papel de arquivos e bibliotecas na construção de conhecimentos e a busca por procedimentos metódicos que garantissem a utilização eficiente dos materiais que eles continham se tornam ainda mais significativas se levarmos em conta o ambiente em que Jansen do Paço estava atuando. De forma mais direta do que ocorre em outras instituições públicas, os acervos diplomáticos se associam a funções políticas prementes, seja pela centralidade das relações internacionais na definição das identidades nacionais (Montoya, 2022, p. 2; Sorá, 2003, p. 29), seja pelos potenciais usos da documentação na defesa de interesses geopolíticos, particularmente pretensões territoriais (Domínguez Benito, 2020; Lorente Sariñena; Domínguez Benito, 2021; Silva, 2013).

Não é casual que o colecionismo, a crítica e a interpretação de mapas, livros raros e manuscritos variados tenham florescido na virada do século XIX ao XX, em meio a intrincadas redes transatlânticas de letrados, que envolviam bibliotecários, diplomatas e oficiais de Estado de diversos escalões (Caldeira,

1 Os modos de nomear esse órgão governamental oscilaram no tempo. Ele fora criado em 1823 como Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Com o advento da República, tornou-se Secretaria de Estado das Relações Exteriores, adquirindo, por força de uma lei de 30 de outubro de 1891, o estatuto de ministério (Camargo, 2017). A documentação sugere, contudo, que a denominação “secretaria” seguiu sendo empregada nas décadas seguintes. Por economia de redação e para evitar confusões, utilizarei sempre a forma “Ministério das Relações Exteriores”.

2 Relatório apresentado a S. Ex.^a o sr. dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo encarregado da reorganização do arquivo do mesmo ministério, Antonio Jansen do Paço, chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. 30 set. 1904. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro, 333.1.41.

2021; Malatian, 2001, p. 351-409; Podgorny, 2011). Esse foi justamente o momento em que, com mais força, arbitragens internacionais de fronteiras e escritas interessadas da história se alimentaram reciprocamente, redefinindo os limites entre os Estados e reconfigurando suas identidades internas e externas (Domínguez Benito, 2022, 2024a, 2024b). Os intercâmbios letrados que se desenvolveram em torno de questões de política exterior tiveram, assim, um papel crucial nos processos concomitantes – e também marcados por pouco conhecidos impactos bilaterais e empréstimos múltiplos – de institucionalização do direito internacional³ e de saberes ligados à escrita da história.⁴

Jansen do Paço se mostrava muito consciente da urgência que o manejo da documentação poderia adquirir nas atividades diplomáticas. Um dos argumentos mais fortes que seu relatório de 1904 apresentava para justificar a necessidade da reorganização minuciosa que começara a desenvolver era o fato de que eventuais demoras em “longas buscas” no interior do acervo poderiam “prejudicar altos interesses do Estado”.⁵ A experiência recente respaldava essa inquietude. Menos de uma década mais cedo, a ocupação britânica da Ilha da Trindade, nas proximidades do litoral do Espírito Santo, havia demonstrado a insuficiência dos vestígios preservados na chancelaria para a defesa das pretensões brasileiras, impulsionando uma busca por documentos em instituições variadas (Kämpf, 2016, p. 73-109; Ferreira, 2024, p. 110).

Formada nos momentos iniciais da célebre (e frequentemente mitificada) gestão do barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912),⁶ a comissão encarregada de reorganizar os acervos do Itamaraty

3 Autores como Koskeniemi (2004), Becker Lorca (2014), Coates (2016) e Scarfi (2017), embora apresentem perspectivas distintas, convergem na identificação da virada do século XIX ao XX como o momento em que se pode falar de consolidação do direito internacional. John Bassett Moore, possivelmente o internacionalista mais renomado de sua época, primeiro detentor de uma cátedra de direito internacional nos Estados Unidos (Coates, 2016, p. 34-36) e consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores brasileiro (Grejo; Silveira, 2024, p. 232-237), frequentemente embasou seus raciocínios em argumentações históricas (Megargee, 1963, p. 9-12).

4 Embora o empenho de diplomatas no conhecimento do passado seja uma marca de nascença da historiografia brasileira – basta recordar o “caso Varnhagen”, que encontrou na diplomacia uma verdadeira condição de possibilidade para suas atividades eruditas (Cezar, 2018, p. 37-55) –, as implicações dessa confluência merecem ser mais bem esclarecidas. Sobre a produção historiográfica de Hélio Lobo, autor de um estudo sobre a atuação de Rio Branco na disputa fronteiriça com a Argentina debatida adiante (Lobo, 1952), ver Pereira (2022, p. 88-108).

5 Relatório apresentado a S. Ex.^a o sr. dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo encarregado da reorganização do Arquivo do mesmo Ministério, Antonio Jansen do Paço, chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. 30 set. 1904. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.41.

6 Para uma síntese útil, consultar Bueno (2012). Ver também Santos (2018, em especial p. 261-307).

pode ser vista como um desdobramento da resolução de questões fronteiriças com a Argentina (1895) e a Guiana Francesa (1900). Rio Branco havia comandado as vitoriosas missões brasileiras nos dois processos de arbitramento, julgados, respectivamente, pelo presidente dos Estados Unidos e pelo Conselho Federal Suíço. Ele devia a essas experiências boa parte de seu prestígio como diplomata e homem de erudição.⁷ É muito provável que o empenho em reordenar os acervos tenha sido, igualmente, uma aposta estratégica em meio a esforços pendentes de delimitação territorial: a arbitragem com a Guiana Inglesa, resolvida em 1904 com uma divisão do território em disputa que desgraçou a diplomacia brasileira; a negociação de novos tratados com a Bolívia (1903),⁸ o Equador (1904) e a Colômbia (1907) (Goes Filho, 2013, p. 83-133). As preocupações pragmáticas do encarregado pelo novo tratamento do acervo eram, portanto, mais que justificadas.

O patrimônio bibliográfico, documental e museográfico do Ministério das Relações Exteriores vem sendo estudado sobretudo do ponto de vista institucional, a partir de reflexões sobre temas como os percursos da formação de suas coleções (Ferreira, 2024); os possíveis caminhos para a pesquisa histórica em seu âmbito (Penna Filho, 2019); as tensões entre segredos de Estado e o direito de acesso à informação no uso de sua documentação (Ferreira; Pereira, 2019); os processos de musealização do Palácio do Itamaraty (Condoru, 2013); os reenquadramentos das seções que compõem o acervo nas primeiras décadas do século XX (Ferreira et al., 2024) ou o tortuoso caminho da divisão do arquivo entre a nova sede do ministério em Brasília, inaugurada em 1970, e o histórico edifício do centro do Rio de Janeiro (Farias; Leite, 2023). Este trabalho explora uma perspectiva correlata, mas distinta: a partir de uma análise centrada em dois maços documentais que reúnem registros das atividades

7 Como discutido mais à frente, Rio Branco dedicaria grande atenção aos arquivos dessas missões – um sinal de que os documentos eram importantes não apenas para a argumentação nas disputas e o cumprimento de deveres burocráticos, mas também para a execução das decisões, a garantia da posse sobre o território e embates simbólicos a seu respeito. No caso da Guiana Francesa, suas anotações de trabalho foram recentemente editadas por iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão (Santos, 2017), sugerindo uma persistente relevância na memória institucional.

8 A discussão da complexa “questão do Acre”, que se desdobraria em outro conflito com o Peru, escapa aos propósitos deste texto, mas cabe assinalar que o próprio Rio Branco parecia convencido de que a busca por a solucionar fora uma das motivações de sua nomeação como ministro (Santos, 2018, p. 285). John Bassett Moore colaboraria novamente com o governo brasileiro, redigindo um memorando (Moore, 1904) que Rio Branco fez circular entre o corpo diplomático como o posicionamento extraoficial do país (Santos, 2018, p. 371).

da comissão presidida por Jansen do Paço,⁹ procura refletir sobre as implicações intelectuais e políticas dos esforços de remanejamento dos acervos do Itamaraty.

A proposta é, assim, compreender os (talvez incipientes, mas certamente criteriosos e respaldados por experiências prévias) conhecimentos arquivísticos mobilizados ao longo desse processo como “saberes de Estado”. Com essa sugestiva expressão, Mariano Ben Plotkin e Eduardo Zimmermann (2012, p. 10) designam um conjunto de práticas intelectuais que se desenvolveram em uma relação simbiótica com a expansão das atividades estatais, em um processo de legitimação mútua e de fomento recíproco. A atenção a uma figura pouco conhecida como Jansen do Paço, responsável por uma tarefa fundamental para a administração pública e o exercício do poder como a ordenação dos arquivos,¹⁰ pode ser particularmente reveladora da confluência entre saberes e Estado – inclusive pelo peso que sua atuação prévia como funcionário da Biblioteca Nacional, cargo a partir do qual teve seus trabalhos solicitados por diversas outras instituições, parece ter tido em sua nomeação para o Ministério das Relações Exteriores.¹¹ A pertinência dessa perspectiva para a análise dos esforços de estabelecimento de novas bases para os acervos do Itamaraty encontra respaldo, ademais, na própria trajetória do barão do Rio Branco: em grande medida, sua ascensão ao cargo de ministro havia sido preparada por missões em que suas credenciais de erudito e a projeção de uma imagem de si como homem de arquivo foram fundamentais.

⁹ Trata-se dos maços 333.1.41 e 333.1.42, ambos catalogados com a descrição “Arquivo. Comissão de reorganização do Arquivo da Sere” na série “Assuntos relacionados a arquivos” (Brasil, 2018b, p. 95-96). O primeiro deles contém relatórios sobre as atividades da comissão, rascunhos diversos, pedidos de encadernação e restauração de mapas, além da correspondência recebida. Já o segundo se concentra na correspondência expedida, mas contém também rascunhos, recibos, notas e cálculos empregados durante os trabalhos.

¹⁰ Para além das disputas fronteiriças aqui privilegiadas, cabe lembrar – de um ponto de vista teórico, mas também político – as reflexões de Derrida (2001, p. 11-13) sobre a raiz grega *arkhé*, que remete tanto a “começo” quanto a “comando”, e a conexão entre a emergência da noção de arquivo e as figuras dos “magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam”.

¹¹ Estas observações decorrem de comentários de um(a) dos(as) pareceristas anônimos(as), a quem agradeço. Infelizmente, a escassez de bibliografia sobre Jansen do Paço faz com que a análise de sua trajetória permaneça uma tarefa em aberto, para a qual este artigo poderá contribuir apenas timidamente.

Rio Branco, homem de arquivo: das missões em Washington e Berna ao Ministério das Relações Exteriores

Em uma de suas primeiras comunicações com o Rio de Janeiro após assumir o comando da representação do Brasil no processo de arbitragem que decidiria uma antiga disputa fronteiriça com a Argentina, o barão do Rio Branco relatou o verdadeiro périplo que, em preparação para a viagem aos Estados Unidos, empreendeu por instituições europeias. Ressaltou, também, as colaborações de colegas e as contribuições que seus próprios estudos anteriores poderiam trazer para a missão especial:

Desde que fui convidado pelo governo federal para suceder ao barão de Aguiar de Andrada,¹² ocupei-me de separar os meus livros, mapas, manuscritos e apontamentos que pudessem ter relação próxima ou remota com a questão em litígio, e entrei em correspondência com as legações do Brasil em Lisboa, Madrid e Paris, e com alguns amigos meus nessas capitais e bibliotecários e arquivistas meus conhecidos. Em abril, visitei o Museu Britânico e, nos primeiros dias de maio, a Seção de Cartas da Biblioteca Nacional de Paris, o Depósito de Cartas e Planos da Marinha e o Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a fim de completar as notas que eu havia tomado há muitos anos quando estudava as expedições dos Paulistas e a história das Missões da antiga Província Jesuítica do Paraguai. Só para não demorar a minha partida deixei de ir a Madrid e Roma.¹³

Essa verdadeira cartografia simbólica, além de revelar alguns dos ambientes que eram tidos como instâncias de acesso a informações confiáveis e certas tipologias documentais privilegiadas na busca por respaldar pretensões territoriais, sugere um esforço consciente e deliberado de legitimação da atuação do representante do Brasil. Afirmando que há muito desenvolvia estudos e reunia documentos acerca da história da conformação do território brasileiro,¹⁴ Rio Branco não hesitava em se apresentar como bem preparado para a missão.

¹² Primeiro escolhido pelo governo brasileiro para o comando da missão, Aguiar de Andrada falecera ainda nos momentos iniciais de sua atuação nos Estados Unidos. Curiosamente, algo semelhante ocorreu com a delegação argentina, que nomeou Estanislao Zeballos após a morte de Nicolás Calvo (Grejo; Silveira, 2024, p. 215-217). Zeballos e Rio Branco estabeleceriam uma duradoura rivalidade, que beirou a hostilidade aberta quando ambos ocupavam as chancelarias de seus respectivos países na década de 1900 (Saiani; Grejo, 2017).

¹³ Ofício reservado do barão do Rio Branco, 28 maio 1893. AHI, Rio de Janeiro, 271.2.17, grifos meus.

¹⁴ Rio Branco efetivamente se dedicara a questões históricas, em especial às dinâmicas da região do Prata, desde seus tempos de estudante de direito (Santos, 2018, p. 42-52).

Em outro ofício remetido ao Rio de Janeiro, ele chegou a queixar-se do fato de as demandas cerimoniais da diplomacia por vezes o manterem afastado de suas atividades eruditas: “Preciso que me deixem trabalhar sossegado e sem interrupções, pois não estou habituado a longas sessões de conversa e nada tenho a aprender com elas. Conheço o assunto de que vim tratar, e por isso aceitei a comissão com que fui honrado”.¹⁵

O conflito que ficaria conhecido como “questão de Palmas” no Brasil e “cuestión de misiones” na Argentina¹⁶ remontava, ao menos, às negociações de limites entre as possessões americanas dos impérios português e espanhol por meio do Tratado de Madrid (1750). O centro da discórdia era a determinação dos rios que formariam a linha divisória na região que hoje constitui o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, não plenamente explicitados em sucessivos acordos da virada do século XVIII ao XIX. Na terminologia do século XIX, os rios fronteiriços eram, para o Brasil, o Peperi (também chamado de Peperiguaçu) e o Santo Antônio; para a Argentina, o Chapecó e o Chopim. Após os trabalhos de uma comissão mista para reconhecimento da região, nos anos 1880, a Argentina deslocou sua reivindicação da linha limítrofe do Chopim para o Jangada, ampliando a área em disputa. Objeto de uma série de tentativas frustradas de resolução ao longo do século XIX (uma delas comandada por José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco e pai do barão), o litígio foi submetido ao arbitramento do então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.¹⁷

O laudo emitido em fevereiro de 1895, favorável ao Brasil, foi recebido como um verdadeiro alento por uma jovem República que acumulava decepções e enfrentava, nos mesmos exatos anos em que se desenvolvia a arbitragem e em região próxima àquela em disputa, o conflito armado conhecido como Revolução Federalista (Abreu, 2015). Paranhos Filho, até então um diplomata que ocupava um posto financeiramente confortável, mas politicamente inócuo, de cônsul em Liverpool, foi alçado à condição de herói nacional (Santos, 2018, p. 177-198).

¹⁵ Ofício reservado do barão do Rio Branco, 31 jul. 1893. AHI, Rio de Janeiro, 271.2.17, grifos meus.

¹⁶ Nicélio César Tonelli (1992, p. 1; p. 416) sugeriu que a expressão “questão de Palmas” se consagrou por uma manobra deliberada do barão do Rio Branco, procurando afastar a interpretação de que a região teria feito parte das missões jesuíticas no período colonial. A documentação que pude consultar parece respaldar essa leitura: a designação “Palmas” é mais recorrente após a resolução do litígio. Antes do laudo arbitral de 1895, não era incomum que “Missões” aparecesse, em português, na imprensa – como se verá nas caricaturas discutidas adiante.

¹⁷ Esta breve síntese factual se baseia em Saiani (2018, p. 148-150); Heinsfeld (2018, p. 51-76); Tonelli (1992, p. 1-32); Casas (1983, p. 7-10). Valho-me, igualmente, de algumas reflexões esboçadas anteriormente em Grejo; Silveira (2024, em especial p. 218-225).

Um bom sinal de como a erudição e o manejo criterioso de documentos, particularmente os cartográficos, fizeram parte dessa paulatina construção simbólica do barão do Rio Branco como grande estadista pode ser encontrado na revista *Dom Quixote*. O periódico ilustrado publicou praticamente de imediato, nos dias que se seguiram à emissão do laudo, diversas caricaturas sobre o caso assinadas por Angelo Agostini, além de textos que exaltavam a vitória brasileira e a atuação do chefe da missão.



Figura 1 – Caricaturas de Angelo Agostini sobre a resolução da disputa fronteiriça pelo presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland. *Dom Quixote*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, 9 fev. 1895. Fonte: imagem reproduzida a partir da Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/714178/22>. Acesso em: 24 ago. 2024

Uma das caricaturas (Figura 1), que ocupou toda a última página da edição de 9 de fevereiro de 1895, apresentava uma reveladora narrativa em dois quadros. No primeiro, Cleveland era representado como um “Salomão” encarregado de dividir o “bebê Missões”,¹⁸ o que teria ocasionado a revolta da “boa mãe” que era a “nação brasileira”. Dessa maneira, o presidente dos Estados Unidos se teria inclinado por uma resolução justa, ante uma “mátria” desesperada e outra, argentina, que assistia à cena com displicência. Os barretes frígios portados pelas mulheres que representam os dois países parecem aludir ao fato de o regime político do Brasil ter, poucos anos antes, passado a coincidir com o de seus vizinhos, favorecendo o estreitamento dos laços com o continente. A mobilização desse símbolo reforça, ao mesmo tempo, a importância da vitória diplomática para a consolidação da República.

A narrativa prosseguia com um segundo desenho em que Rio Branco aparecia como um criterioso erudito, atulhado em pilhas de papéis e livros. Desenvolvendo a metáfora da charge anterior, a legenda esclarecia que, “por meio de pesquisas e estudo profundo da questão”, o chefe da missão brasileira teria conseguido apresentar “a verdadeira certidão de batismo” do território em disputa. Tratava-se da representação cartográfica manuscrita de 1749 conhecida como “Mapa das Cortes”.¹⁹ O exemplar que o chefe da missão brasileira apresentou ao árbitro teria sido um dos originais manejados pela delegação portuguesa durante a negociação do Tratado de Madrid. Ele constituía, ainda na interpretação desenvolvida por Agostini para o periódico ilustrado, aspecto crucial para a decisão de Cleveland (que, na caricatura, examina cuidadosamente o documento cartográfico, sob a orientação de Rio Branco). Na cena ao lado, o Brasil, agora representado como um homem indígena idealizado, na melhor tradição do Romantismo, beija a “criança Missões” como seu “verdadeiro pai”.

A mesma centralidade é conferida ao “Mapa das Cortes” em inúmeros relatos, contemporâneos e posteriores. Analistas como Hélio Lobo (1952) atribuem notas heroicas à obtenção desse documento nos acervos do Ministério das Relações Exteriores da França. Sua importância precisa, contudo, ser matizada. Basta uma rápida exploração da defesa brasileira assinada por Rio Branco (1895)

¹⁸ A rigor, essa representação contém imprecisões histórico-jurídicas, já que o tratado de 1889, que regia a arbitragem, não admitia a divisão do território, apenas a declaração de que ele pertencia a um ou outro país. O Tratado de Montevidéu não era, ademais, aquele que pautava o juízo arbitral, e sim uma negociação entre Estanislao Zeballos e Quintino Bocaiúva concluída em 1890, que levaria a uma partilha do espaço em disputa. Esse tratado foi rejeitado pelo Congresso Brasileiro e não chegou a entrar em vigor (Grejo; Silveira, 2024, p. 222-225).

¹⁹ Sobre o processo de elaboração desse mapa e seus usos em favor dos interesses diplomáticos portugueses em meio às negociações do Tratado de Madrid, consultar Ferreira (2007).

para perceber que, na construção da argumentação, há uma infinidade de outros elementos em jogo, sobretudo o uso criterioso de manuscritos e evidências cartográficas diversas.

O próprio *Dom Quixote* traria, em seu número seguinte, um relato que apontava para outros aspectos da construção dos argumentos do Brasil. Em texto sem identificação de autoria, o periódico assegurava ser “certo, pelo que se vai sabendo dia a dia, que ao barão do Rio Branco deve-se a decisão favorável do sr. Cleveland, graças a novos documentos que por aquele foram apresentados, e que constituíram provas irrefutáveis e desconhecidas do nosso direito” (A questão, 1895, p. 2). O fato de não se especificarem quais seriam esses documentos sugere que o texto estava mais comprometido com a exaltação do chefe da missão brasileira do que com um relato rigoroso das razões para a vitória do país – até mesmo porque, nos termos do tratado que estabeleceu a arbitragem, o presidente dos Estados Unidos não precisava motivar sua decisão, e efetivamente não o fez (Grejo; Silveira, 2024, p. 240-241). Seja como for, o encerramento da porção do texto dedicada a Rio Branco ecoava a imagem de si que ele vinha construindo, como um dedicado, criterioso e patriótico erudito:²⁰

Só quem conheceu, como nós, o ilustre diplomata brasileiro, em suas digressões pesquisadoras pelos arquivos europeus, colecionando tudo quanto se referia ao Brasil; quem o viu na sua modesta residência consular, transformada em museu de coisas brasileiras, mostrando aos estrangeiros o que somos como nação e como é belo e rico o país que habitamos; quem, como nós, inúmeras vezes ouviu suas opiniões sempre justas e patrióticas a respeito da nossa jovem república – é que pode avaliar de que extraordinária satisfação deve estar possuído o coração desse grande patriota, e como devem comovê-lo esses telegramas congratulatórios dos seus patrícios, que diariamente lhe chegam às mãos! (A questão, 1895, p. 2, grifos meus)

Não se deve perder de vista, por outro lado, que a resolução do litígio envolveu uma ampla e complexa gama de juristas, historiadores, geógrafos, diplomatas, militares e políticos. Ao longo de todo o desenvolvimento da missão, Rio Branco solicitava cópias de documentos, confiando em especial em seus colegas diplomatas atuantes em postos como Lisboa ou Madrid; buscava precedentes jurídicos junto a consultores como o estadunidense John Bassett Moore,

²⁰ É preciso aventar a hipótese de que a nota não tenha sido redigida espontaneamente, mas sim resultado de mobilizações do próprio Rio Branco, que frequentemente repassava informações à imprensa e procurava moldar as notícias sobre suas ações, notadamente no *Jornal do Comércio* (Saiani, 2018).

formalmente contratado antes mesmo de ele assumir a missão (Grejo; Silveira, 2024, p. 232-237); delegava tarefas a seus companheiros, em especial o general Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira e o contra-almirante José Cândido Guillobel (Santos, 2018, p. 161-198). Valendo-se da condição de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que ostentava desde 1867, Rio Branco vinha trocando com seus colegas informações sobre fontes relativas ao território brasileiro (Guimarães, 2007, p. 30), o que possivelmente o auxiliou tanto a consolidar sua reputação como erudito quanto a construir os argumentos apresentados ao árbitro.

Após a vitória, ele próprio reuniu zelosamente a documentação da missão e coordenou os trabalhos de elaboração de seus índices (Grejo; Silveira, 2024, p. 243-245). Com esse duplo movimento, organizava certo acervo monumental de sua atuação e procurava garantir que ela poderia ser posteriormente recuperada de maneira eficaz. Além de uma dezena e meia de volumes encadernados e catalogados que nomeou como “Arquivo Oficial da Missão”, estão conservados no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) registros que integravam o acervo pessoal de Rio Branco. Entre esses volumes, estão dois grossos tomos de recortes de jornais, o primeiro dedicado a publicações do Rio de Janeiro; o segundo, ao restante do Brasil.²¹ Rio Branco também se preocupou em ordenar com critério os telegramas e cartas que recebeu em saudação ao resultado do arbitramento.²² Esse processo de (auto)arquivamento se sobrepõe, certamente, à narrativa de um “herói relutante – patriota, apartidário, tímido, erudito, desinteressado –” (Santos, 2018, p. 197) que continua a rondar sua figura. Os empenhos diretos de Paranhos Filho na preservação dos vestígios de sua atuação, para além das funções que poderiam cumprir na execução da decisão arbitral e na garantia do domínio sobre o território, ajudam a explicar, ao mesmo tempo, o sucesso do futuro ministro em passar à posteridade como um homem de arquivo.

Alguns anos depois da emissão do laudo do presidente Cleveland, Rio Branco lideraria outra missão vitoriosa. Desta vez, uma conquista ainda mais exaltada, por se ter produzido contra uma grande potência europeia. Resultado das incursões concorrentes de portugueses e franceses pelo norte da América do Sul desde meados do século XVII e associado a disputas pela navegação do rio Amazonas

²¹ Arbitramento da questão de limites com a Argentina – Recortes de jornais do Rio de Janeiro; Recortes de jornais de outros estados brasileiros. AHI, Rio de Janeiro, Arquivo Barão do Rio Branco, 346.3.19; 346.3.20.

²² Arbitramento da questão de limites com a Argentina – Cartas e telegramas recebidos depois do laudo de 5 de fevereiro de 1895. AHI, Rio de Janeiro, Arquivo Barão do Rio Branco, 346.3.14.

(Blois, 2024, p. 249-253), o conflito conhecido como “questão do Amapá” ajudou a consolidar a imagem de Rio Branco como um diplomata singularmente capaz de “extrair uma pretensa verdade de velhos mapas e documentos” (Santos, 2018, p. 243). Assim como no confronto com a Argentina, o cerne da discórdia residia na determinação de qual era o rio estabelecido como limítrofe, neste caso pelo Tratado de Utrecht, concluído em 1713 (Blois, 2024, p. 250-251).

A Biblioteca Nacional teria um papel destacado na construção dos argumentos brasileiros, fornecendo cópias fidedignas de documentos, restringindo o acesso a fontes que pudessem favorecer a causa francesa e mesmo adquirindo, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, coleções a serem empregadas nos esforços de delimitação de fronteiras (Silva, 2008, p. 17-29). Rio Branco se valera de trabalhos como sua colaboração para *La Grande Encyclopédie*, dirigida pelo geógrafo francês Émile Levasseur, para propagar sutilmente no cenário internacional visões favoráveis ao posicionamento do Brasil na disputa travada na região amazônica (Santos, 2018, p. 123-128). No conflito na bacia do rio da Prata, Levasseur havia sido responsável por cálculos de coordenadas geográficas que o próprio chefe da missão argentina, Estanislao Zeballos, tomou como potencialmente decisivos.²³

Ao contrário do que ocorrera durante a missão em Washington, em que suas inquietações foram constantes, e sua impaciência com a demora na emissão do laudo era reiterada em correspondências,²⁴ Rio Branco se mostrou confiante na vitória em Berna. Em carta enviada a seu antigo colega de faculdade de direito e então proprietário do *Jornal do Comércio*, José Carlos Rodrigues, a quem remetia com frequência colaborações e notícias em primeira mão (Saiani, 2018, p. 79), Rio Branco expressou sua convicção de que a causa brasileira era “excelente”. Ele se justificou: “A documentação que apresentamos ao tribunal é riquíssima pelo número e qualidade e está esmagadora”. E arrematou: “Estou

²³ No ofício com que notificou a derrota ao Ministério das Relações Exteriores de seu país, Zeballos afirmou: “Esta é uma questão de cálculo geodésico sobre a qual não posso opinar. É provável que o árbitro tenha consultado geógrafos autorizados. Se o cálculo de Levasseur é exato, o argumento era decisivo contra a República Argentina e bastava, por si só, para encerrar a questão [...]”. *Archivo Histórico de la Cancillería Argentina (AHCA)*, Buenos Aires, Serie Soberanía/Límites, Subserie Límites con Brasil, Caja 23, Notas al ministro de R.E., p. 148.

²⁴ Por exemplo: em carta a Salvador de Mendonça, colega diplomata que desenvolveu boa parte de sua carreira nos Estados Unidos, Rio Branco chegou a fazer troça da demora na emissão do laudo, atribuindo-a às atividades de lazer de Cleveland: “Apesar das pescarias presidenciais, creio que até princípios de novembro teremos a decisão do pleito”. Não deixou, contudo, de expressar sua inquietude: “Peço a Deus que me não prolongue este suplício que sofro há tantos meses, vendo-me de mãos atadas e sem saber o que contém a *boîte aux surprises*”. Carta do Barão do Rio Branco a Salvador de Mendonça, Washington, 12 set. 1894. *BNDigital*. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/47402>. Acesso em: 24 ago. 2024.

inteiramente convencido de que o relator da causa [...] não poderá deixar de reconhecer o nosso bom direito”.²⁵ O laudo emitido pelo Conselho Federal Suíço em dezembro de 1900 confirmou essa perspectiva, reconhecendo o rio Oiapoque como o limite do Brasil com a Guiana Francesa.

Quando ascendeu ao Ministério das Relações Exteriores, Rio Branco já tinha, portanto, vivenciado em primeira mão as dificuldades da reunião e da crítica de documentos em meio à atividade diplomática. Tinha, ele próprio, uma ampla experiência com a construção de argumentações históricas para atender a interesses brasileiros. A conjunção desses dois fatores possivelmente explica a preocupação que demonstrou, ainda nos momentos iniciais de sua gestão, em promover uma reorganização sistemática dos acervos documentais, bibliográficos e cartográficos do Ministério das Relações Exteriores.

Outro aspecto a se levar em conta é a desestruturação pela qual o arquivo havia passado nos anos anteriores, sendo extinto como unidade administrativa no início da República e tendo sofrido, no final da década de 1890, um tortuoso processo de transferência dos materiais para a nova sede no Palácio do Itamaraty (Ferreira, 2024, p. 116). Para garantir seu funcionamento, era necessário encontrar uma equipe de trabalho adequada. Capistrano de Abreu, com quem Rio Branco manteve uma intensa e longeva correspondência pontuada por debates sobre questões históricas (Pereira; Felipe, 2008), teria sido, juntamente com José Veríssimo, quem lhe sugeriu o nome de Antonio Jansen do Paço (Farias; Leite, 2023, p. 5).

A interminável tarefa de reorganizar o acervo: Jansen do Paço no Itamaraty

Em um ofício dirigido a Jansen do Paço em 30 de novembro de 1903, o barão do Rio Branco transmitia as instruções que deveriam guiar a tarefa atribuída ao experiente funcionário da Biblioteca Nacional, qual seja, “a classificação, arrumação e coordenação dos manuscritos, impressos, livros e mapas que constituem o valioso arquivo desta secretaria de Estado”. O ministro ressaltava que a então recente mudança de edifício havia contribuído para o desarranjo do acervo e que era urgente “restabelecer a boa ordem nos papéis e [...] colocar essa dependência do Ministério das Relações Exteriores em condições de prestar os serviços de outrora”.²⁶

²⁵ Carta do barão do Rio Branco a José Carlos Rodrigues, Berna, 20 jan. 1900. BNDigital. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/39343>. Acesso em: 24 ago. 2024.

²⁶ Ofício do barão do Rio Branco a Antonio Jansen do Paço, 30 nov. 1903. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.41.

Rio Branco chamava atenção, também, para a existência de quatro divisões distintas no que então se denominava arquivo no organograma do Itamaraty: a primeira continha “mapas, manuscritos e impressos, compreendendo cartas geográficas, hidrográficas e topográficas”; a segunda, “os livros e outros impressos e os volumes encadernados da correspondência recebida na secretaria”; a terceira, “serviço dos manuscritos”; e a quarta, “o depósito de relatórios e outras publicações do ministério”. De forma pouco surpreendente, dada a sua relevância mais premente para as disputas de fronteira,²⁷ Rio Branco solicitou que Jansen do Paço iniciasse os trabalhos pela primeira seção. Quanto à biblioteca, pedia que fosse feito um levantamento de duplicatas, jornais e outros impressos sem utilidade direta para o ministério. As publicações que deixariam o acervo após essas varreduras deveriam ser “distribuídas à Biblioteca Nacional, às bibliotecas especiais e às repartições que possam ter interesse em as possuir”.²⁸

O ministro esclareceu, em seguida, que a terceira divisão era conhecida como “arquivo novo”, e compreendia “o serviço dos manuscritos”, onde se reuniam documentos como “minutas de correspondência expedida, protocolos e livros de registro”. Ao ressaltar a importância dessa divisão, Rio Branco lembrou que se tratava de outro flanco sensível. Estavam nela “preciosos papéis originais, alguns muito reservados e confidenciais”, motivo pelo qual pedia que a “máxima reserva seja adotada como norma” por toda a equipe que trabalharia no acervo. Por fim, a quarta seção consistia no depósito de relatórios e outras publicações do ministério, cabendo à comissão contabilizar os exemplares existentes e reunir em pacotes os mesmos títulos.²⁹

Entre os produtos dos trabalhos da comissão, o ministro das Relações Exteriores atribuiu particular destaque para a elaboração dos catálogos. Para cada uma das quatro seções, Rio Branco solicitava que a comissão organizasse três deles: um “sistemático por assuntos”; outro “alfabético onomástico por autores”; e um terceiro “pela ordem da colocação e numeração, que permite a verificação imediata da existência de qualquer livro, documento ou mapa”. Demonstrando-se alinhado aos debates intelectuais então em curso, particularmente as preocupações em obter conhecimentos históricos metodicamente controlados,³⁰ ele determinou que os catálogos observassem “as regras de

27 Sobre a importância dos conhecimentos cartográficos na delimitação de fronteiras, ver a análise de Romário Sampaio Basílio (2024) acerca da disputa entre Brasil e Grã-Bretanha na região da Guiana.

28 Ofício do barão do Rio Branco a Antonio Jansen do Paço, 30 nov. 1903. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.41.

29 Ofício do barão do Rio Branco a Antonio Jansen do Paço, 30 nov. 1903. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.41.

30 Para ressaltar uma figura próxima a Rio Branco e que parece ter impactado o processo de reorgani-

bibliografia e diplomática”. Pedia, por fim, que a mesma orientação fosse seguida para a “coleção de papéis da missão especial em Berna”, que deveria ser “encerrada em um armário” (possivelmente procurando resguardá-la de intempéries, mas também evitar acessos indevidos, que pudessem comprometer os interesses do Estado brasileiro), e constituir “uma divisão separada”.³¹ De forma semelhante ao que fizera quanto à missão que comandara nos Estados Unidos, Rio Branco se encarregava com esmero da ordenação dos documentos produzidos ao longo do processo de arbitragem – o que, novamente, pode ser lido tanto como parte do desempenho de suas funções administrativas e da busca por garantir interesses diplomáticos quanto como um esforço para projetar uma imagem monumental de si para a posteridade.

Jansen do Paço logo se mostrou empenhado no desenvolvimento das tarefas que lhe foram delegadas, talvez porque seus laços com o Ministério das Relações Exteriores não nasceram com o convite que Rio Branco lhe dirigiu em 1903. Há diversos registros de situações em que ele havia prestado serviços pontuais ao Itamaraty, justamente em torno de litígios fronteiriços. Em carta remetida ao então diretor do Arquivo Público Mineiro, Pedro Xavier da Veiga, em 20 de dezembro de 1896, por exemplo, Jansen do Paço havia justificado seu atraso em entregar transcrições rigorosas de manuscritos da Biblioteca Nacional encomendadas pelo colega por ter estado ocupado com a obtenção de “cópias de documentos que sustentam os nossos direitos nas fronteiras das Guianas e da Bolívia: não me era possível adiar serviço de tão grande responsabilidade e urgência”.³²

É igualmente digno de nota o reconhecimento que ele dirigiu a Rio Branco como um erudito. Como parte da barganha por um prazo mais generoso para o desenvolvimento dos trabalhos da comissão, ele exaltou os predicados intelectuais do ministro: “S. Ex.^a conhece melhor do que eu esse gênero de trabalhos; – sabe que eles demandam reflexão e exigem certo exame das espécies a catalogar, e que em um trabalho vertiginoso não haveria lugar nem para uma nem para

zação do arquivo, ao recomendar a contratação de Jansen do Paço, ver a análise da relação entre método e escrita da história em Capistrano de Abreu proposta por Maria da Glória de Oliveira (2013). De forma mais ampla, ver os textos de reflexão sobre a história contemporâneos aos processos aqui analisados e suas respectivas apresentações na coletânea organizada por Fernando Nicolazzi (2015).

³¹ Ofício do barão do Rio Branco a Antonio Jansen do Paço, 30 nov. 1903. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.41. Esse arranjo, ou ao menos algum traço dele, persiste no acervo, na forma da série “Missões diplomáticas especiais brasileiras no estrangeiro”, que tem subséries não apenas sobre as atividades de Rio Branco em Washington e Berna, mas também sobre missões lideradas por outros diplomatas, como as de Joaquim Nabuco na Grã-Bretanha e na Itália (Brasil, 2018b, p. 280-286).

³² Carta de Antonio Jansen do Paço a José Pedro Xavier da Veiga, 20 dez. 1896. Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. FAPM-1-2-Cx.07-Doc.12. Agradeço a Ygor Gabriel Alves de Souza pelo auxílio no acesso à documentação do APM.

a outra coisa”.³³ Por outro lado, pode-se entrever nessa afirmação algo de uma falsa modéstia tão típica dos intercâmbios letrados, ainda mais quando há alguma forma de hierarquia entre as partes. Atuando na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional sobretudo após os anos em que a instituição passou por um importante processo de modernização capitaneado por Ramiz Galvão, seu diretor entre 1870 e 1882 (Caldeira, 2017a, em especial p. 65-98), e tendo atendido a diversas demandas por cópias de documentos relativos a assuntos de interesse do Ministério das Relações Exteriores, Jansen do Paço tinha credenciais mais que suficientes para o desempenho da tarefa que lhe foi confiada.

Além de sua atuação na Biblioteca Nacional, para a qual fora nomeado em 1883 após “excelentes provas de concurso” e onde atuou como chefe da Seção de Manuscritos entre 1890 e 1903 (Galvão, 1918, p. 546), Jansen do Paço se tornaria, em setembro de 1907, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sua eleição se deu poucos meses antes de a ascensão do barão do Rio Branco à presidência marcar a retomada do prestígio da instituição, que fora profundamente abalado com a Proclamação da República, dada sua proximidade com o Estado imperial e com o próprio dom Pedro II (Guimarães, 2007, p. 29-33; Guimarães, 1997, p. 220-221; Gomes, 2009, p. 21-52). A acreditar no elogio fúnebre feito por Ramiz Galvão (1918, p. 546), Jansen do Paço teria conquistado a “atenção” e a “estima” de Rio Branco por suas qualidades de “investigador metucioso e inteligente”, expressas em “trabalhos valiosos, que figuram nas páginas dos *Anais da Biblioteca*”.³⁴ Dessa forma, ele se teria tornado, desde 1903, uma presença constante no Ministério das Relações Exteriores, “onde o nosso grande chanceler e todos os seus sucessores aproveitaram sempre e sem interrupção a sua competência, o seu zelo, o amor à ordem, o espírito culto que o distinguem” (Galvão, 1918, p. 546-547). Ainda que Jansen do Paço tenha encontrado obstáculos importantes na execução do programa que Rio Branco havia traçado, sua escolha, ao que tudo indica pautada principalmente por sua experiência prévia na Biblioteca Nacional, é expressiva de certa busca pela especialização no desempenho dos serviços diplomáticos – e, uma vez mais, da importância estratégica que as disputas de fronteiras então em curso ou recentemente resolvidas conferiram aos arquivos.

³³ Ofício de Antonio Jansen do Paço ao barão do Rio Branco, 12 dez. 1903. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.42.

³⁴ A busca por “Jansen do Paço” no acervo digitalizado dos *Anais da Biblioteca Nacional* (Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>. Acesso em: 24 ago. 2024) mostra que esses trabalhos foram sobretudo de catalogação de manuscritos e livros. É provável que a edição anotada (Paço, 1898) de opúsculos e documentos raros da Coleção Barbosa Machado (ver, a esse respeito, Caldeira, 2017b) tenha tido particular peso em sua indicação ao Itamaraty. Tratando das incursões de holandeses e franceses pela América Portuguesa, os textos coligidos por Jansen do Paço poderiam ser relevantes para a compreensão da formação territorial do Brasil.

O documento mais substancial produzido por Jansen do Paço como chefe da comissão de organização do acervo do Itamaraty, e certamente o mais revelador de suas orientações intelectuais, foi o relatório em que reivindicava para os arquivos e as bibliotecas uma missão mais nobre que a de depositários de vestígios empoeirados. Na seção que se voltava ao papel do arquivo no ministério e aos serviços que ele poderia prestar a suas diversas seções, ressaltou a importância de formar catálogos e realizar sinopses dos documentos do acervo. Para aprimorar o cumprimento das funções do arquivo, Jansen do Paço sugeriu uma série de trabalhos adicionais que poderiam, “com vantagem, ser incluídos entre [suas] obrigações próprias”. Significativamente, o primeiro deles era: “Formação de um arquivo especial sobre limites do Brasil e conseqüente organização do respectivo catálogo”.³⁵ Em meio a muitas outras medidas, Jansen do Paço sugeria o estabelecimento de um conjunto destacado de documentos sobre a Independência e, de forma mais ampla, o desenvolvimento de “estudos e pesquisas especiais para reunir todos os elementos necessários para o cabal conhecimento da história da diplomacia brasileira”, além da publicação de tratados e outros acordos internacionais.³⁶ Essa proposta deixa entrever preocupações não apenas com aspectos pragmáticos do cotidiano da diplomacia, mas também com a inscrição do Ministério das Relações Exteriores em narrativas glorificadoras da nacionalidade, desde os momentos iniciais de sua vida como entidade política autônoma.

Em uma passagem mais detalhada que aludia igualmente ao problema das fronteiras, Jansen do Paço justificou a “necessidade de uma dotação especial para o Arquivo” pela “conveniência de fazer copiar certos documentos importantes que lhe faltam, tais como: a ‘Chave da demarcação da América Meridional’, os ‘Diários de demarcações’, certos mapas de maior importância e algumas correspondências e documentos que tratam dos limites nacionais”.³⁷ As representações cartográficas e as evidências da exploração do território, notadamente aquelas ligadas a esforços de estabelecimento de limites entre os

³⁵ Este é outro traço que persiste ao menos parcialmente no atual arranjo do AHI, que conta com volumosas séries intituladas “Limites e Fronteiras” (Brasil, 2018a, p. 284-305; 2018b, p. 611-647). A existência de organizações semelhantes em diversos países americanos, como no Peru (Dominguez Benito, 2024b, p. 18) ou na Argentina, constitui evidência adicional da centralidade que os arquivos assumiram em meio às disputas territoriais entre eles.

³⁶ Relatório apresentado a S. Ex.^a o sr. dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo encarregado da reorganização do arquivo do mesmo ministério, Antonio Jansen do Paço, chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. 30 set. 1904. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.41.

³⁷ Relatório apresentado a S. Ex.^a o sr. dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo encarregado da reorganização do arquivo do mesmo ministério, Antonio Jansen do Paço, chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. 30 set. 1904. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.41.

diferentes impérios europeus que se confrontavam nas Américas, eram valorizadas justamente por seu potencial emprego na difícil tarefa de traduzir as demarcações das monarquias coloniais em delimitações modernas e pretensamente racionais, a serviço dos Estados nacionais que as sucederam (Domínguez Benito, 2024b, p. 15-16; 2020, p. 138-153).

Outra faceta da crença de Jansen do Paço no papel dos acervos para a dinamização tanto das atividades letradas quanto das obrigações políticas no âmbito do Itamaraty emerge em duas listas de livros a serem comprados que elaborou a pedido do barão do Rio Branco. A primeira delas traz uma seleção de textos oferecidos pela Société du Recueil J.-B. Sirey, uma das mais longevas e bem-sucedidas casas de edi  es jurídicas da França (Mollier, 2005). Já a segunda “compõe-se de diversas obras de importância capital, segundo opinião de pessoas competentes”, e engloba livros que deveriam ser encomendados em países como Estados Unidos, Argentina, Itália, Alemanha, Espanha e Su  i  a. Em ambas as listas, tratados clássicos da diplomacia e do direito internacional conviviam com assuntos que se tornaram mais prementes com a intensifica  o das vincula  es transfronteiriças, como os casamentos entre pessoas de nacionalidades distintas e a prote  o da propriedade intelectual – e, claro, questões ligadas    delimita  o de territórios e a procedimentos de arbitragem.³⁸

Uma boa parte dos esforços efetivamente empreendidos se voltou a levantamentos quantitativos das variadas se  oes. A comissão logrou executar, igualmente, uma série de tarefas de natureza técnica e prática, como o restauro e o entelamento de mapas, incluindo alguns pertencentes ao acervo particular do barão do Rio Branco, a encaderna  o de diversos volumes e a recoloca  o em funcionamento da máquina litográfica que pertencia ao ministério.³⁹

Os trabalhos também encontraram, entretanto, obstáculos importantes. Em um documento sem data identificado como uma “carta particular e confidencial” ao barão do Rio Branco,⁴⁰ Jansen do Paço se queixava das insuficiências da equipe de que dispunha. A abertura da mensagem não poderia ser mais incisiva: “Em desespero de causa, recorro a V. Ex.^a para que me assegure os meios de continuarem os trabalhos da comissão com a necessária regularidade”. A falta e a inadequa  o do pessoal apareciam no apelo de Jansen do Paço não apenas

³⁸ Carta de Antonio Jansen do Paço ao barão do Rio Branco, 28 maio 1906. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.42.

³⁹ As informa  es deste parágrafo se baseiam em uma leitura transversal dos maços 333.1.41 e 333.1.42 do AHI.

⁴⁰ Pelo tom melancólico do texto e pelas referências aos trabalhos que já haviam sido feitos, o mais provável    que se trate de uma carta escrita em momento próximo    data-limite final dos maços, 1907.

como elementos que dificultavam o prosseguimento dos trabalhos, mas como circunstâncias que ameaçavam o que já havia sido feito:

Faltam-me os serventes indispensáveis para manter a biblioteca e o arquivo em estado de asseio irrepreensível; e, portanto, não os tenho para prosseguir na sua organização definitiva.

A ordem dos livros na biblioteca já exige nova revisão, tais e tantos foram os desarranjos que já sofreu, depois que passei para o arquivo.

Vencendo mil dificuldades, consegui organizar em dois meses um catálogo sistemático provisório dos códices encadernados e das caixas de documentos avulsos do arquivo, para poder atender às requisições [...] com as maiores exigências (como se lá existisse ordem regular ou catálogo indicador dos lugares). Esse meu catálogo é a base da organização definitiva do arquivo, e, segundo a ordem nele estabelecida devem ser colocados todos os volumes e caixas.⁴¹

Os registros dos trabalhos de reorganização do arquivo do Ministério das Relações Exteriores cessam abruptamente em princípios de 1907. Seja como for, Jansen do Paço parece ter deixado alguma marca nos acervos do Itamaraty, instância da administração à qual seria cedido em definitivo alguns anos mais tarde, sendo contratado como bibliotecário em 1913 (Ramiz Galvão, 1918, p. 547), já após a morte do barão do Rio Branco. No novo regulamento do Ministério das Relações Exteriores que seria estabelecido por um decreto em 1906,⁴² diversas das atribuições da seção do arquivo traziam ecos das preocupações que o bibliófilo expressara em seu relatório de 1904. Os esforços por conferir maior sistematicidade ao manejo cotidiano dos acervos do Itamaraty se fazem notar em determinações como a de que se elaborassem sinopses e índices, organizassem-se publicações de atos normativos internacionais e se redigissem “memórias sobre limites ou assuntos que interessem à história diplomática do país e sobre as questões de maior relevância tratadas no ministério”. O cuidado com os arquivos passava, igualmente, a aparecer como um *dever* dos diretores de seção, que precisariam ter “convenientemente classificados, e sob sua guarda, os papéis pertencentes aos negócios de suas seções, entregando à do arquivo aqueles cujos assuntos estiverem findos ou prejudicados” (Brasil, 1906).

41 Carta de Antonio Jansen do Paço ao barão do Rio Branco, [190-]. AHI, Rio de Janeiro, 333.1.42.

42 O detalhamento dos enquadramentos institucionais das diferentes seções do arquivo e das sucessivas normas que regeram seu funcionamento escapa aos objetivos deste texto. Relatos desse tipo podem ser encontrados em: Farias; Leite (2023, p. 3-8); Ferreira et al. (2024).

Talvez porque as principais disputas fronteiriças fossem dadas como resolvidas ao final da década de 1900, talvez pela descontinuidade imposta pelo encerramento abrupto da longa gestão de Rio Branco em 1912, e certamente por escassez de recursos (a acreditar no relato de Jansen do Paço, tanto financeiros quanto humanos), a reorganização dos acervos perdeu destaque em meio às prioridades do Ministério das Relações Exteriores muito antes de cumprir seus propósitos. Reformas mais substanciais somente se concretizariam na virada da década de 1920 à de 1930 (Ferreira, 2024, p. 120-121). Em grande medida, os percursos do patrimônio documental do Itamaraty – as múltiplas histórias do acúmulo dos papéis que o compõem, de suas infundáveis reinscrições ao longo do tempo e dos variados usos a que se prestou, que inevitavelmente impactam os modos como podemos, hoje, estabelecer relações com tal acervo – seguem por narrar.

Outros tempos, outros arquivos, outros conhecimentos: algumas reflexões finais

As realizações da comissão comandada por Antonio Jansen do Paço parecem ter ficado consideravelmente aquém das amplas esperanças que foram nela depositadas – a ponto de, paradoxalmente, ser difícil traçar balanços conclusivos sobre seus trabalhos, mesmo que vestígios deles subsistam como um relativamente alentado “arquivo sobre o arquivo” dentro do Arquivo Histórico do Itamaraty. De toda forma, a atuação de Jansen do Paço é reveladora da variedade de sujeitos envolvidos mesmo em processos dos quais se costuma ter uma visão tão personalista quanto a gestão do barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores. Pode-se perceber, assim, como os “saberes de Estado”, para retomar a expressão de Mariano Ben Plotkin e Eduardo Zimmermann (2012), conformam-se em trânsitos complexos entre diferentes instâncias e escalas – neste caso, o serviço diplomático, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os múltiplos outros acervos em que se buscaram documentos potencialmente úteis em disputas de fronteiras, os confrontos com outros países. Esses saberes se associavam, assim, não apenas ao desempenho cotidiano de tarefas burocráticas (embora frequentemente fomentassem e se valessem de atividades desse tipo), mas sobretudo à persecução de altos interesses do Estado, conectados ao próprio exercício da soberania. Pela enorme importância estratégica de que se revestiam, as questões de limites impulsionavam o desenvolvimento de conhecimentos em áreas como a crítica documental, a cartografia histórica e a catalogação de livros e manuscritos, em estreita associação com o direito internacional, por meio do qual crescentemente se buscavam soluções para os conflitos. Como resultado, modos específicos (e politicamente interessados) de escrita da história se consolidavam (Podgorny, 2011; Domínguez Benito, 2022).

Por outro lado, parece inegável o sucesso de Rio Branco em passar à história não somente como a mítica figura cuja memória a diplomacia brasileira não se cansa de cultivar, mas também como um homem de arquivo. O texto de introdução do inventário hoje em vigor no AHI o reivindica como um de seus principais artífices, não sem trazer pistas sobre alguns aspectos aos quais soluções mais definitivas somente seriam dadas nas décadas seguintes:

A Proclamação da República e a ascensão do barão do Rio Branco ao posto de ministro das Relações Exteriores são um marco simbólico fundamental para a criação do Itamaraty moderno e de uma administração profissionalizada das relações exteriores do Estado brasileiro. Com ele se consolida a prática da apreciação das questões internacionais por meio do exame prévio do desenvolvimento do assunto. Parte importante deste processo está relacionado ao exame da documentação antecedente, o arrolamento de mapas e o escrutínio de todas as fontes possíveis. Este procedimento do ministério tem como resultado acidental a manutenção da memória, seja institucional ou nacional, e a proteção de uma parte importantíssima do patrimônio arquivístico nacional. Até a década de 1920 os acervos estavam espalhados pelas salas do Palácio Itamaraty sem uma organização única. (Brasil, 2018b, p. 5, grifos meus)

Os empenhos de Rio Branco e de funcionários como Jansen do Paço em estabelecer registros sistemáticos da atividade diplomática e os dar a conhecer por meio de catálogos minuciosos sugerem, contudo, que a “manutenção da memória” em torno das “questões internacionais” não foi um “resultado acidental” das atividades do Ministério das Relações Exteriores, mas sim, ao menos em alguma medida, deliberadamente produzida pelo órgão estatal – entre outras razões, para a legitimação de suas vitórias em disputas de fronteiras.

Um amplo programa de cooperação arquivística internacional voltado à catalogação e à reprodução de documentos relativos ao Brasil no período anterior à Independência que se encontram dispersos por variados acervos, em curso desde 1983 e sediado na Biblioteca Nacional, recebeu o nome de Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Apresentado em uma página informativa como a continuação da “pesquisa pessoal de muitos diplomatas brasileiros”, que remontaria ao século XIX, o projeto justifica a homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior afirmando ter sido ele o “diplomata brasileiro que consolidou as fronteiras do país”.⁴³

⁴³ Ver Projeto Resgate Barão do Rio Branco: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projetoresgate/sobre-o-projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Além de demonstrarem certa consciência da importância da documentação para o resguardo das fronteiras, essas mobilizações da memória atestam a persistente eficácia das autoimagens que Rio Branco zelosamente produziu. Encerrando-as tanto na documentação oficial quanto num arquivo pessoal que não por acaso terminaria abrigado no mesmo órgão público a que serviu, ele propiciou a recuperação dessas projeções monumentais de si na posteridade.⁴⁴ Talvez nada seja mais revelador da centralidade das questões de limites nos modos como Paranhos Júnior é lembrado que o fato de um ensaio introdutório às suas obras completas originalmente publicado em meio às comemorações do centenário de seu nascimento, em 1945, ser quase integralmente dedicado à sua atuação na delimitação das fronteiras do Brasil (Jorge, 2012).

Uma via ainda por explorar diz respeito às implicações dos esforços de reordenação dos acervos diplomáticos e, sobretudo, da construção de argumentos sobre as fronteiras – seja em processos de arbitragem, seja na legitimação de outros caminhos para a resolução de conflitos (como ocorreu no caso do Acre), ou ainda nas disputas simbólicas subsequentes ao estabelecimento de acordos – para as movimentações historiográficas da virada do século XIX ao XX. As conexões de Antonio Jansen do Paço e do barão do Rio Branco com o IHGB sugerem que esse pode ser um caminho profícuo para a compreensão dos rumos da instituição nos primeiros anos da República, período em que foi consideravelmente menos estudada do que no Império.

Em especial, as reflexões aqui propostas poderiam auxiliar a abrir novas chaves de leitura em relação à conhecida ênfase do IHGB na reunião de fontes sobre as fronteiras brasileiras. Esse procedimento costuma ser associado a um esforço acima de tudo simbólico de construção da identidade nacional,⁴⁵ sem ter em vista as possibilidades propriamente jurídicas (mas também, é claro, diplomáticas e geopolíticas) de uso de tal documentação. Esse tipo de preocupação se torna particularmente pertinente quando levamos em conta que o barão do Rio Branco ocupou, entre 1907 e 1912, enquanto era ministro das Relações

⁴⁴ O contraste com Estanislao Zeballos é revelador. O argentino reordenou seu arquivo pessoal após a arbitragem territorial contra o Brasil, possivelmente buscando tanto ressignificar simbolicamente seu fracasso quanto evitar insucessos futuros (Bernaldo de Quirós, 2020). Abrigado no periférico Complejo Museográfico Provincial Enrique Udaondo, e não no Archivo Histórico de la Cancillería, o acervo de Zeballos está envolto em dinâmicas memorialísticas muito distintas daquelas em curso no Brasil (Grejo; Silveira, 2024, p. 246-248).

⁴⁵ Tenho em mente, sobretudo, trabalhos clássicos como os de Manoel Luís Salgado Guimarães (1988) e Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995). Alguns estudos mencionam os usos dos documentos em disputas de fronteiras, mas ainda sem explorar plenamente os significados propriamente jurídicos desses recursos. Ver: Pereira; Felipe (2008); Pereira (2002); Silva (2008).

Exteriores, o posto de presidente do IHGB. Sua gestão, ainda insuficientemente conhecida, marcou a retomada do prestígio da instituição e garantiu a ela meios materiais fundamentais, notadamente para a construção de uma nova sede. Serviu, ao mesmo tempo, aos propósitos da diplomacia a partir, por exemplo, da intensificação dos intercâmbios intelectuais com outros países das Américas (Guimarães, 2007, p. 30-33).

A convergência entre reunião de acervos, escrita da história e delimitação das fronteiras deixa entrever manifestações da “retórica da nacionalidade” (Cezar, 2018, p. 207-210) peculiarmente pragmáticas: voltadas tanto à expansão do território quanto ao engrandecimento dos artífices desse processo, mas também à institucionalização de certos saberes jurídicos e de aspectos da própria produção historiográfica. Seu estudo pode, assim, ser profícuo para a exploração de um momento em que a história ainda não contava com cursos especializados nas universidades, porém já se insurgia contra alguns dos parâmetros que o IHGB traçara nos momentos mais próximos à sua fundação, em 1838. Cabe indagar em mais profundidade, em suma, sobre como a preocupação com a consolidação das fronteiras pode ter impactado a busca por rumos diversos para a escrita da história diante dos desafios do novo regime político, nos anos iniciais de uma República que rendia muito mais decepções do que glórias – mas que, simultaneamente, impulsionava reavaliações de visões de mundo e do(s) lugar(es) dos saberes no agir estatal.

Os usos da documentação na atividade diplomática em geral, e os esforços para sistematizar, racionalizar e facilitar o acesso ao acervo do Itamaraty em particular, convidam à reflexão sobre a própria ideia de arquivo. Não tanto em seu significado literal de um repositório de documentos (embora esse aspecto não seja de forma alguma desprezível), mas sobretudo em suas possíveis implicações teóricas: como jogo de relações que possibilita os discursos e faz emergirem enunciados (Foucault, 2008, p. 146-149); conjunto de recursos que permite comunicações interesaciais e intertemporais (Baring, 2016); locus do exercício do poder e do mal, mas simultaneamente condição da *res publica* (Derrida, 2001, p. 11-16); depósito de violências *com* e *contra* as quais podemos narrar nossas histórias (Hartman, 2020, p. 30).⁴⁶

⁴⁶ Mesmo que tenham sido convocadas na caricatura de Angelo Agostini, as populações indígenas que ocupavam os territórios em disputa (responsáveis por boa parte dos topônimos e possivelmente, em seus embates anteriores e concomitantes à conquista, pelas repartições prévias do espaço), estiveram praticamente ausentes das narrativas elaboradas (Silva, 2008, p. 11-12). Em algumas das poucas ocasiões em que foram mencionadas, apareciam como “informantes pouco confiáveis”, que complicavam a resolução das controvérsias (Grejo; Silveira, 2024, p. 220).

Referências

- A QUESTÃO das Missões. Dom Quixote, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, 16 fev. 1895, p. 2.
- ABREU, Alzira Alves de. Revolução federalista. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLUC3%87C3%83O%20FEDERALISTA.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- BARING, Edward. Ideas on the Move: Context in Transnational Intellectual History. *Journal of the History of Ideas*, v. 77, n. 44, p. 567-587, out. 2016.
- BASÍLIO, Romário Sampaio. La batalla de los mapas: Choques de territorialidades y cartografías de las fronteras en las Guayanas (siglos XIX y XX). *Revista Complutense de Historia de América*, v. 50, n. I, p. 235-258, 2024.
- BECKER LORCA, Arnulf. *Mestizo International Law: A Global Intellectual History 1842-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- BEN PLOTKIN, Mariano; ZIMMERMANN, Eduardo. Introducción: saberes de Estado en la Argentina, siglos XIX y XX. In: BEN PLOTKIN, Mariano; ZIMMERMANN, Eduardo (comp.). *Los saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012. p. 9-33.
- BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar González. Estanislao Zeballos and the Argentine Doctrine of Human Private Law: a Micro-Social Approach to the History of Private International Law. *Jus Gentium. Journal of International Legal History*, v. 5, n. 2, p. 529-564, 2020.
- BLOIS, Claire de. El recurso al arbitraje en el marco de la delimitación de las fronteras entre la Guyana Francesa y Brasil (siglos XIX-XX). In: DOMÍNGUEZ BENITO, Héctor (org.). *El arbitraje de ejecutivos en controversias territoriales: Un enfoque internacional y doméstico (ss. XIX-XX)*. Valência: Tirant Lo Blanch, 2024. p. 249-276.
- BRASIL. Decreto n. 6.046, de 24 de maio de 1906. Dá novo regulamento à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6046-24-maio-1906-583099-publicacaooriginal-105919-pe.html>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Inventário do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro: Documentação entre 1822-1889*. Rio de Janeiro, 2018a.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Inventário do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro: Documentação entre 1889-1959*. Rio de Janeiro, 2018b.
- BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. 2, p. 170-189, 2012.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: EdIPUCRS; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2017a.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar e escrever a história: a memória do Império Português legada por Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2017b.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Esses valiosos objetos do passado... A formação da coleção privada de Vicente e Ernesto Quesada. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila (ed.). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. Curitiba: CRV, 2021. p. 43-64.
- CAMARGO, Angélica Ricci. Ministério das Relações Exteriores (1889-1930). In: BRASIL. *Arquivo Nacional. Dicionário da Administração Pública Brasileira da Primeira República*, 2017. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/485-ministerio-das-relacoes-exteriores-1891-1930>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- CASAS, Gabriel Eduardo. *La cuestión de Misiones: el laudo Cleveland*. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1983.
- CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- COATES, Benjamin Allen. *Legalist Empire: International Law and American Foreign Relations in the Early Twentieth Century*. Nova York: Oxford University Press, 2016.
- CONDORU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DOMÍNGUEZ BENITO, Héctor. Territorial republicanism in the United States of Colombia: José María Quijano Otero and the American *uti possidetis*. *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. XLIX, p. 137-184, 2020.

- DOMÍNGUEZ BENITO, Héctor. La paradoja arbitral: cuestiones de límites y “cultura de las pretensiones territoriales” en Hispanoamérica. *Anuario de Historia de América Latina*, v. 59, p. 218-247, 2022.
- DOMÍNGUEZ BENITO, Héctor. El arbitraje de ejecutivos en controversias territoriales: una introducción. In: DOMÍNGUEZ BENITO, Héctor (org.). *El arbitraje de ejecutivos en controversias territoriales: un enfoque internacional y doméstico* (ss. XIX-XX). Valência: Tirant Lo Blanch, 2024a. p. 15-38.
- DOMÍNGUEZ BENITO, Héctor. El último pleito del rey: España en la cuestión de límites entre Ecuador y Perú (1887-1910). Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2024b.
- FARIAS, Rogério de Souza; LEITE, Fernando Sousa. Uma “documentação valiosa desordenadamente arquivada”: a mudança do Ministério das Relações Exteriores para Brasília e seu arquivo permanente. *Acervo*, v. 38, n. 3, p. 1-29, set./dez., 2023.
- FERREIRA, Frederico Antonio. Os arquivos do Barão: por uma história social do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro (1808-1959). *Revista del CESLA*, n. 33, p. 109-126, 2024.
- FERREIRA, Frederico Antonio; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; ANDRADE, Mariana Acorse Lins de. Entre homens e livros: a Biblioteca do Itamaraty na gestão do José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco), 1902-1912. *Palavra Clave*, v. 13, n. 2, e213, abr./set., 2024.
- FERREIRA, Frederico Antonio; PEREIRA, Rodrigo. O Arquivo Histórico do Itamaraty: entre o segredo de Estado e o acesso à informação. *X Seminário Internacional Políticas Culturais*, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41906429/O_ARQUIVO_HISTORICO_DO_ITAMARATY_ENTRE_O_SEGREDO_DE_ESTADO_E_O_ACESSO_A_INFORMACAO. Acesso em: 24 ago. 2024.
- FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid. *Varia Historia*, v. 23, n. 37, p. 51-69, jan./jun., 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. [Elogio fúnebre de Antonio Jansen do Paço]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 83, p. 546-547, 1918.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- GREJO, Camila Bueno; SILVEIRA, Mariana de Moraes. Dos diplomáticos em busca de um território: Zeballos, Rio Branco e el arbitraje del presidente Cleveland (1893-1895). In: DOMÍNGUEZ BENITO, Héctor (org.). *El arbitraje de ejecutivos en controversias territoriales: Un enfoque internacional y doméstico* (ss. XIX-XX). Valência: Tirant Lo Blanch, 2024. p. 215-248.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 388, p. 459-613, jul./set., 1995.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*, v. 10, n. 20, p. 217-229, jul./dez., 1997.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 3-27, jan./jun., 1988.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista ECO-Pós*, v. 23, n. 3, 2020.
- HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe-SC*. Curitiba: CRV, 2018.
- JORGE, A. G. de Araujo. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- KÄMPF, Martin Normann. *Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.
- LOBO, Hélio. *Rio Branco e o arbitramento com a Argentina: a questão do Território de Palmas, também chamada das Missões*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp, 2001.
- MEGARGEE, Richard. *Realism in American Foreign Policy: the Diplomacy of John Bassett Moore*. Tese (Doutorado em História) – Northwestern University, Evanston, 1963.
- MOLLIER, Jean-Yves. *Éditer le droit après la Révolution française. Histoire et civilisation du*

- livre, v. 1, p. 137-147, 2005.
- MONTOYA, Benjamin C. *Diplomatic Sources. In: Bloomsbury Theory and Method*. Londres: Bloomsbury, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5040/9781350915831.142>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- MOORE, John Bassett. *Brazil and Peru Boundary Question*. Nova York: Knickerbocker Press, 1904.
- NICOLAZZI, Fernando (org.). *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República – c. 1870-1940*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Faperj, 2013.
- PAÇO, Antonio Jansen do (org.). *Notícias históricas e militares relativas à guerra holandesa, ataques dos franceses ao Rio de Janeiro e outros assuntos de importância para o Brasil: 1630-1757*. Reimpressão de 12 opúsculos raros e de um manuscrito existentes na Coleção Barbosa Machado. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 20, p. 119-252, 1898.
- PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 42, n. 2, p. 117-144, dez., 1999.
- PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- PEREIRA, Daniel Mesquita; FELIPPE, Eduardo Ferraz. *Missivas que constroem limites: Projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco*. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 56, p. 487-506, 2008.
- PEREIRA, Gabriel Terra. *História e diplomacia na trajetória de Hélio Lobo (1908-1939)*. Curitiba: Appris, 2022.
- PODGORNY, Irina. *Fronteras de papel: Archivos, colecciones y la cuestión de límites en las naciones americanas*. *Historia Crítica*, n. 44, p. 56-79, 2011.
- RIO BRANCO, Barão do. *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América como árbitro, segundo as estipulações do tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina*. 4 V. Nova York: Knickerbocker Press, 1894.
- SAIANI, Renato Cesar Santejo. *O publicista oculto: o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.
- SAIANI, Renato Cesar Santejo; GREJO, Camila Bueno. *O despertar da rivalidade: os debates entre o Barão do Rio Branco e Estanislao Zeballos por meio da imprensa*. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 22, p. 182-201, 2017.
- SANTOS, Affonso José (org.). *Barão do Rio Branco – Cadernos de notas: a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901)*. 6 V. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafaña G. *Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- SCARFI, Juan Pablo. *The Hidden History of International Law in the Americas: Empire and Legal Networks*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- SILVA, Iuri A. Lapa e. *O envolvimento da Biblioteca Nacional no processo de demarcação de limites com a Guiana Francesa: os usos políticos de um acervo documental*. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 128, p. 9-43, 2008.
- SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- TONELLI, Nicélio César. *Da diplomacia à história: o litígio das Missões, 1889-1895*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

Recebido em 24/8/2024

Aprovado em 14/1/2025